

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal nº: 324237-5

**1ª Vara Cível da Comarca de
Jaboatão dos Guararapes**

Agravante: CELPE – COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO

Agravado: Edilson Francisco Alves

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÃO DE CONSTATAÇÃO DE FRAUDE NO MEDIDOR. DÉBITO UNILATERALMENTE APURADO PELO CRITÉRIO DE ESTIMATIVA DE CARGAS. DISCUSSÃO JUDICIAL DO DÉBITO. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. CONFRONTO COM A SÚMULA 13 DO TJPE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Embora a agravante argumente tratar a hipótese de acúmulo de faturas-, já que, diante da impossibilidade de aferir a medição da energia elétrica, estava apurando a energia por estimativa, sustentando que o medidor de energia elétrica está correto-, o débito em questão encontra-se sob discussão judicial, sendo ilícito o corte no fornecimento;


2. Não é possível à concessionária de serviços públicos impor unilateralmente débito com base em acúmulo de da medição de energia elétrica, muito menos suspender ao seu bel prazer o fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora, cujos argumentos vão de encontro ao teor da Súmula 13 deste Egrégio TJPE e reiteradas jurisprudências do STJ.

2. Recurso Improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao agravo, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal nº: 324237-5

**1ª Vara Cível da Comarca de
Jaboatão dos Guararapes**

Agravante: CELPE – COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO

Agravado: Edilson Francisco Alves

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

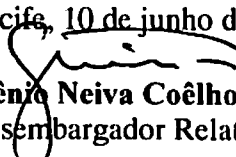
Cuida-se de Agravo Legal interposto contra Decisão Terminativa (fls. 132/134), da minha lavra, que, nos autos do Agravo de Instrumento de mesmo número, negou provimento ao recurso interposto pela Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, mantendo *in totum* a r. decisão proferida pelo MM juiz *a quo*, o qual concedeu tutela antecipada compelindo a ora agravante a restabelecer o fornecimento de energia elétrica do imóvel da Agravada, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Arguiu a agravante, resumidamente, que: (a) impossibilidade de negativa monocrática de provimento; (b) ausência de fato ilícito cometido pela agravante, sendo legal o procedimento da concessionária; (c) alega a fatura emitida no valor de R\$ 1.021,31 (um mil e vinte e um reais e trinta e um centavos), de vencimento em 13/6/13, diz respeito a um acúmulo de consumo de três ciclos de faturamento, vez que as leituras anteriores ficaram impossibilitadas, já que o imóvel sempre se encontrava com o portão fechado, de difícil acesso; (d) provimento do recurso para reforma da decisão atacada.

Por não vislumbrar a possibilidade do exercício de retratação, trago à consideração deste colegiado.

É o que tinha a relatar.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal nº: 324237-5

**1ª Vara Cível da Comarca de
Jaboatão dos Guararapes**

Agravante: CELPE – COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO

Agravado: Edilson Francisco Alves

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

VOTO

Conheço do presente recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Trata-se de decisão terminativa que manteve a decisão interlocutória proferida pelo MM juízo *a quo* em todos os seus termos, no sentido de compelir a CELPE a restabelecer o fornecimento de energia elétrica da Empresa Agravada, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos (fls. 132/134):

“Decisão Terminativa

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pela **CELPE - Companhia Energética de Pernambuco** contra decisão proferida pelo Juízo 1ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que, nos autos da Ação Revisional de Contrato, concedeu a tutela antecipada, compelindo a agravante a restabelecer o fornecimento de energia elétrica do imóvel da agravada, com relação à cobrança lastreada em um arbitramento unilateral, por estimativa de carga, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00.

Aduz a agravante, em apertada síntese, que são infundadas as acusações da agravada em sua peça inicial, pois a cobrança objeto da ação se refere a consumo medido por estimativa de carga, diante da impossibilidade de aferição.

Alega que a decisão concessiva de tutela é manifestamente insustentável, sendo, portanto, imprescindível a imediata suspensão de seus efeitos e posterior reforma da mesma em decisão final, bem como que a sua manutenção é certamente um fomento ao cometimento de irregularidade e a inadimplência, uma vez que seus irresponsáveis atos acarretam enormes prejuízos à agravante e à coletividade.

Por fim, pugna pelo provimento do recurso para que seja determinada a suspensão dos efeitos da tutela antecipada concedida em primeiro grau.

Devidamente intimada, a parte agravada apresentou suas contrarrazões defendendo a manutenção da decisão vergastada.

É o essencial a relatar. Juízo de admissibilidade satisfeito.

Compulsando os autos, verifico que a matéria em epígrafe já se encontra pacificada por este Egrégio Tribunal, que firmou o entendimento quanto à abusividade da suspensão do fornecimento de energia elétrica motivada pelo inadimplemento do débito unilateralmente apurado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude, segundo a Súmula 13, assim redigida:

“É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento do débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude.”

Nesse sentido, colaciono recente decisão desta Câmara Cível, de minha relatoria:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE CONSTATAÇÃO DE FRAUDE NO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO UNILATERALMENTE APURADO PELO CRITÉRIO DE ESTIMATIVA DE CARGAS. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. CONFRONTO COM A SÚMULA 13 DO TJPE. MULTA DO ART. 557, § 2º DO CPC. CABIMENTO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Embora a agravante argumente tratar a hipótese de efetiva constatação e não apenas de suspeita de fraude no medidor de energia elétrica, o débito em questão encontra-se sob discussão judicial, sendo ilícito o corte no fornecimento;

2. **Não é possível à concessionária de serviços públicos impor unilateralmente débito pelo critério de estimativa de cargas após a constatação de suspeita de fraude, muito menos suspender ao seu bel prazer o fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora, cujos argumentos vão de encontro ao teor da Súmula 13 deste Egrégio TJPE e reiteradas jurisprudências do STJ.**

3. Recurso a que se nega provimento.

(TJPE, AI 0283697, Relator: Stênio Neiva Coêlho, 5ª Câmara Cível, Dje 28/05/2012)

Na mesma linha, encontra-se a jurisprudência da 6ª Câmara Cível:

“DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C AÇÃO COMINTATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C PEDIDO DELIMINAR INALDITA ALTERA PARES E INDENIZAÇÃO OR DANOS MORAIS - PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO - REFORMA, EM PARTE, DO DECISUM - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - IRREGULARIDADES NO MEDIDOR DA UNIDADE CONSUMIDORA - APURAÇÃO UNILATERAL DE DÉBITO DECORRENTE DE RECUPERAÇÃO DE CONSUMO NÃO-FATURADO - INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A [...] AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA - INDENIZAÇÃO FIXADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - CABIMENTO - OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - PROVIMENTO PARCIAL DO APELO - DECISÃO UNÂNIME.” (Apelação Cível nº175892-1, TJPE, 6ª Câmara Cível, Relator Eduardo Augusto Paura Peres, Julgado em 17/3/2009). (grifei)

“PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM RAZÃO DE DÉBITO NÃO COMPROVADO - CONDENAÇÃO INDENIZATÓRIA - APELAÇÃO CÍVEL - DÉBITO UNILATERALMENTE ARBITRADO PELA CONCESSIONÁRIA - SÚMULA 13 TJPE - SUSPENSÃO INDEVIDA - ATO ABUSIVO - RECURSO NÃO PROVIDO- DECISÃO UNÂNIME. A suposta fraude no medidor não autoriza a CELPE a proceder com o corte no fornecimento de energia. A alegada irregularidade deveria ser apreciada em ação própria, não devendo resumir-se a uma avaliação unilateral. Súmula 13 deste Tribunal. Recurso não provido à unanimidade.” (Apelação Cível nº 156496-7, TJPE, Relator Antônio Fernando de Araújo Martins, 6ª Câmara Cível, 26/3/2009). (grifei)

Não é outro o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO PRETÉRITO. FRAUDE NO MEDIDOR. SUSPENSÃO DO SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE. MEIO ABUSIVO DE COBRANÇA. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não é lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não-pagos.

2. **“A concessionária não pode interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida relativa à recuperação de consumo não-faturado, apurada a partir da constatação de fraude no medidor, em face da essencialidade do serviço, posto bem indispensável à vida”** (AgRg no REsp 854.002/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 11.6.2007). 3. Agravo regimental desprovido.” (STJ. AgRg no REsp 1015777/RS. T1. Relatora Ministra DENISE ARRUDA. DJe 03/12/2008.) (grifei).

Logo, os fundamentos da agravante neste momento processual não podem prosperar, seja porque condiciona a manutenção dos seus serviços ao pagamento de fatura cujo valor foi apurado unilateralmente sob a alegação de fraude, seja porque somente com a instrução do feito perante o juízo monocrático é que se poderá verificar com mais exatidão a controvérsia litigiosa e a quem cabe o bom direito.

De mais a mais, diferentemente do sustentado nesta peça recursal, não visualizo no caso qualquer possibilidade da decisão recorrida causar ao direito da agravante lesão grave ou de difícil reparação, a justificar a concessão do pretendido efeito suspensivo, a teor do disposto no art. 558, *caput*, do CPC.

Diante do exposto, **nego provimento ao Agravo de Instrumento**, por ser manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência pátria, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 557, do CPC, mantendo-se incólume a decisão guerreada.

Publique-se. Intimem-se.

Recife, 11 de abril de 2014.

Stênio Neiva Coêlho

Desembargador Relator”

Analisando a argumentação apresentada pelo Agravante, persisto no entendimento de que não restou demonstrado nos autos motivos capazes de modificar a decisão açoitada.

Para corroborar, sabe-se que a diferença do consumo utilizado e não faturado só pode ser imputada como devida após a realização da perícia, com a devida constatação do medidor, antes disso, não é possível a suspensão de energia elétrica com base da inadimplência da fatura ora discutida.

Caso similar foi julgado pelo Tribunal Superior de São Paulo:

Prestação de Serviços. Declaratória. Energia elétrica. Fraude no relógio medidor. Irregularidade comprovada por perícia realizada por órgão oficial INMETRO. Documento suficiente a fazer prova da alegada fraude. Diferença devida em razão do incorreto registro de consumo de energia. Adoção do critério previsto no artigo 72, IV, da Resolução nº 456/00. Parâmetro que tem em conta o maior valor de consumo de energia elétrica, ocorrido nos doze ciclos completos de medição normal imediatamente anteriores ao início da irregularidade. Ausência de razoabilidade. Observância das flutuações naturais da demanda. Necessidade. Critério adotado em ato normativo que impõe ao consumidor

obrigação desproporcional e excessivamente onerosa. Exegese dos artigos 6º, IV e V, e 51, IV do Código de Defesa do Consumidor. Revisão do cálculo. Adoção da média aritmética nos doze ciclos completos de medição normal imediatamente anteriores ao início da irregularidade e desconto de valores eventualmente pagos no mesmo período. Admissibilidade. Suspensão do fornecimento de energia. Admissibilidade em caso de inadimplemento após a revisão do cálculo Recurso provido.

(TJSP- APL 00083273720058260590 SP 0008327-37.2005.8.26.0590, 32ª Câmara de Direito Privado, Relator(a): Rocha de Souza, dje. em 04/04/2013, dje. em 04/04/2013)

Ademais, e com o intuito de embasar a presente decisão, registre-se a medição por ciclos só é possível em alguns casos, e mesmo assim, é necessário que a Cia tenha adotado o procedimento regido pela Resolução da ANEEL.

Ora, a fatura só poderá ser considerada devida após o deslinde final do processo, com a minuciosa análise do procedimento utilizado pela CELPE. Para embasar a questão do procedimento, é válido anotar:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA E REGISTRADA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO RELÓGIO MEDIDOR - IMPOSSIBILIDADE DE LEITURA - COBRANÇA ACUMULADA - PROCEDIMENTO IRREGULAR ? DESCABIMENTO.

Ocorrendo impedimento ao acesso para leitura do medidor, os valores faturáveis de consumo de energia elétrica serão as respectivas médias aritméticas dos 3 (três) últimos faturamentos, devendo a concessionária comunicar ao consumidor, por escrito, a necessidade de o mesmo desimpedir o acesso aos equipamentos de medição, procedendo, nos ciclos posteriores, ao acerto, quando o equipamento de medição permitir registro para a sua quantificação. O período máximo, para fins de cobrança, não pode ultrapassar um ciclo de faturamento (Resolução ANEEL nº 456/00, arts. 70, §§ 1º e 2º, 40), sendo vedada a cobrança acumulada. Recurso provido.

(TJSP- CR 1027674008 SP, 35ª Câmara de Direito Privado, Relator(a): Clóvis Castelo, dj. em 18/08/2008, dje. em 22/08/2008)

Nesse toar, conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantida por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão vergastada.

Ante o exposto, com fundamento na legislação e jurisprudências aplicáveis ao caso concreto, voto no sentido de manter incólume a decisão hostilizada, **NEGANDO PROVIMENTO** ao presente recurso, nos termos da fundamentação supra.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator